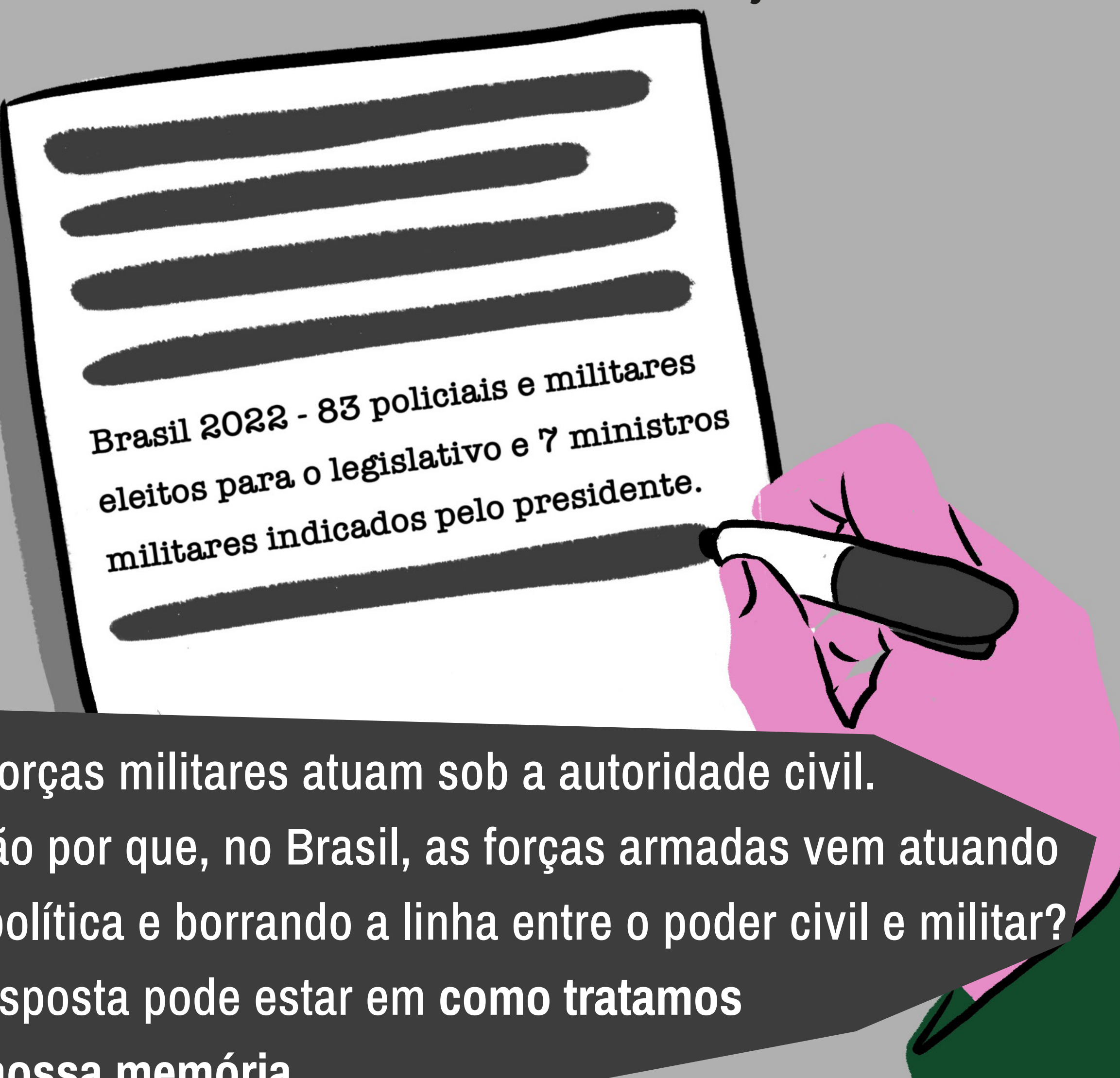
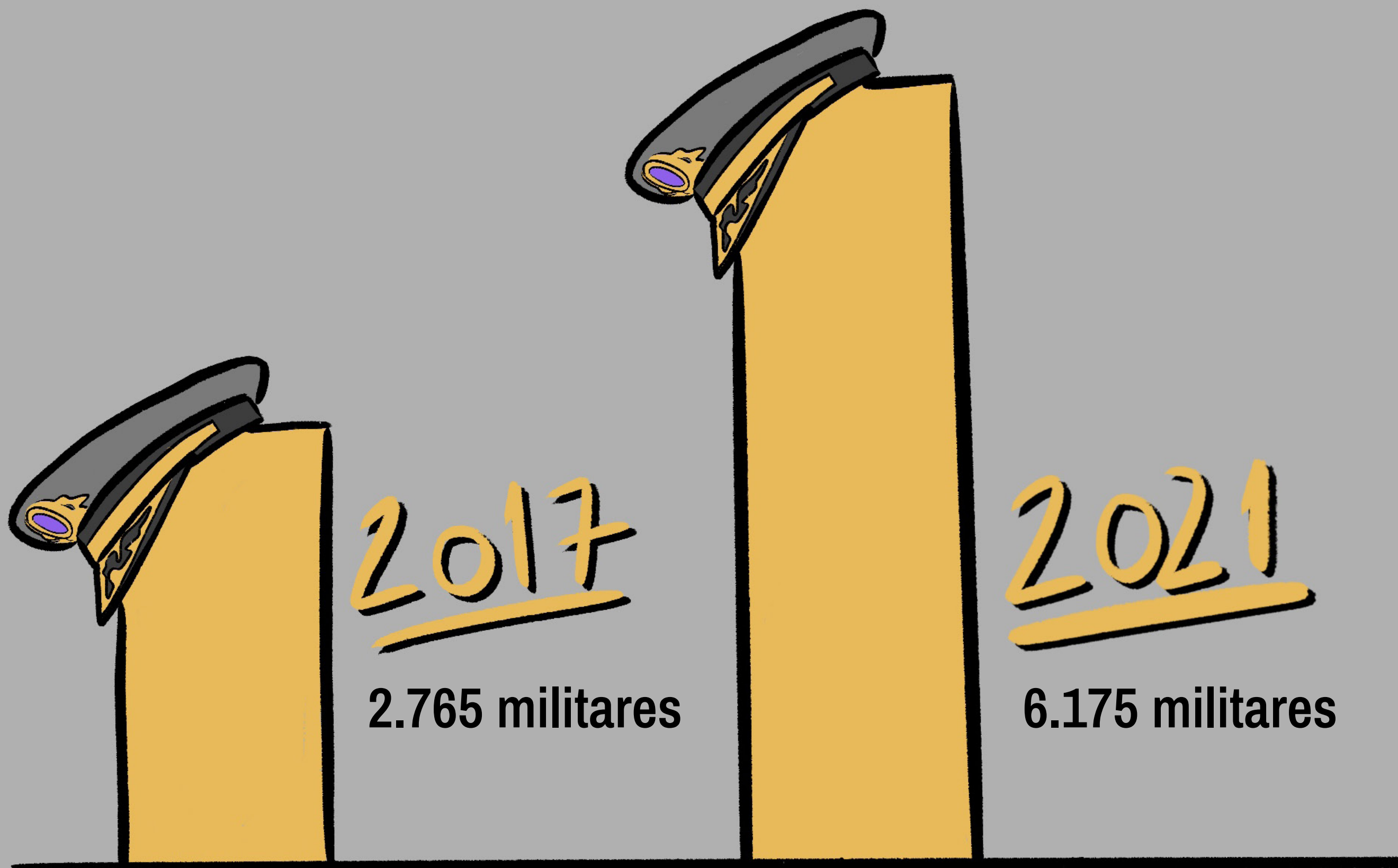


# BELICISMO & EXTREMISMO: A POLÍTICA DE MILITARIZAÇÃO DO PODER

A hand holding a white marker is shown crossing out text on a document. The document has several lines of text, with the top four lines being completely obscured by thick black horizontal bars. The visible text is: "Brasil 2022 - 83 policiais e militares eleitos para o legislativo e 7 ministros militares indicados pelo presidente." The hand is pink, and the marker is white with a black tip. The background is a solid grey color.

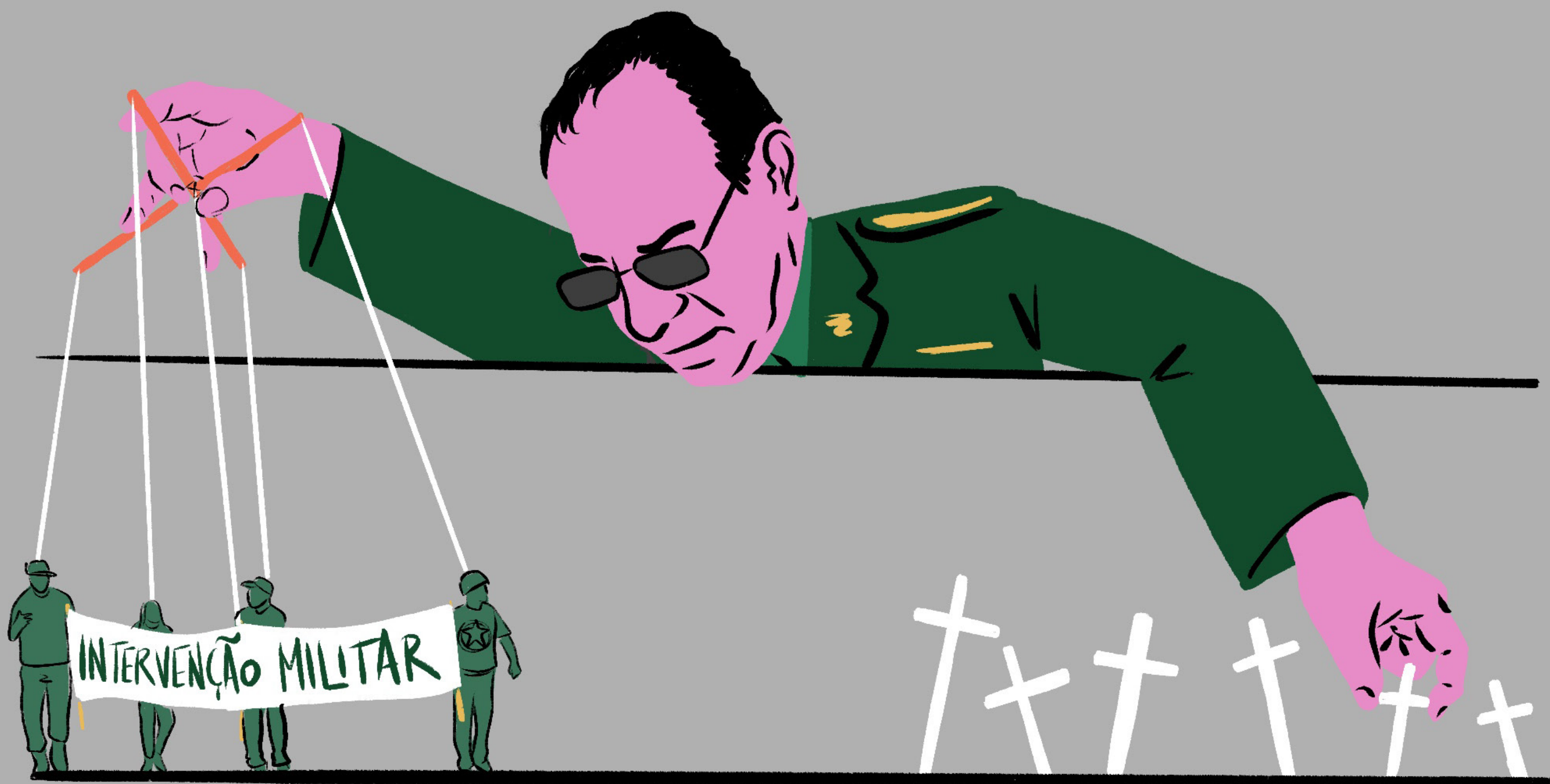
Brasil 2022 - 83 policiais e militares  
eleitos para o legislativo e 7 ministros  
militares indicados pelo presidente.

As forças militares atuam sob a autoridade civil.  
Então por que, no Brasil, as forças armadas vem atuando  
na política e borrando a linha entre o poder civil e militar?  
A resposta pode estar em como tratamos  
da nossa memória.



Nos últimos quatro anos militares ocuparam o poder como nunca antes na história da democracia. Os mecanismos para controle civil das forças armadas são tímidos, o Ministério da Defesa, por exemplo, que deveria ser comandado por civis, está na mão de militares desde o governo Temer.

A onipresença militar na política e o questionamento à autoridade civil despertou um discurso de apoio às intervenções militares - sem nenhuma vergonha do período ditatorial.



A Lei da Anistia brasileira resguardou os generais e ao invés de eles estarem relacionados com crimes e obscuridade, militares passaram a se auto-identificar diretamente com o slogan nacional da ordem e do progresso.

# COMO ISSO PODERIA TER SIDO DIFERENTE?

SEÑORES JUECES, NUNCA MÁS

**Julio Strassera  
e Luis Moreno**  
Promotores



O exemplo da Argentina é o grande modelo mundial em tratamento efetivo da memória da ditadura.

Em 1985 foram julgados cada um dos generais militares que ocuparam o alto escalão político. O fato de o júri ter sido civil e não militar diz muito sobre como as hierarquias no país puderam ser melhor estabelecidas.

Outros países do Cone Sul, que também passaram por ditaduras militares, assim como o Brasil, trataram de forma diferente a memória dos crimes da ditadura.



No Chile, no mesmo ano que chegou ao fim a ditadura de Pinochet (1990) foi instalada a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação.

A Comissão Nacional da Verdade no Brasil foi instalada apenas em 2011.

Apesar de mais limitada e tardia, a justiça do Uruguai condenou em 2021 sete militares aposentados por crimes contra a humanidade durante a ditadura.



Mesmo após dezenas de ações, até 2022, nenhum agente foi condenado por crimes na ditadura militar no Brasil.

# TRATAR DA MEMÓRIA É TAMBÉM RESGUARDAR A DEMOCRACIA.



INSTITUTO

# UPDATE

**Coordenação:** Marina Franciulli

**Texto:** Helena Salvador [@helenaslvr]

**Arte:** Vítor Massao [@massaologia]

**Fontes:** Ipea, Instituto sou da Paz,

The Intercept e Agência Pública